



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP SGT/2014

EAP 3º SGT QPPM

(Edital nº 13/2013, de 26 de dezembro de 2013).

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ **SALA:** _____

DATA: 27/04/2014

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 180 (cento e oitenta) minutos, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares e o porte de arma de fogo.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, após transcorrido o tempo mínimo de 01h (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas e o caderno de prova, devidamente preenchidos, assinados e conferidos.

1ª QUESTÃO - Nas assertivas abaixo, em conformidade com o Caderno Doutrinário 01, marque 'V' se for verdadeira ou 'F' se for falsa. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- () O preparo mental é o processo de pré-visualizar os prováveis problemas a serem encontrados em cada tipo de intervenção policial militar e ensaiar mentalmente as possibilidades de respostas.
- () No estado de atenção (amarelo), o policial militar detecta um problema e está ciente de que um confronto é provável. Neste estado, há menos riscos do policial ser surpreendido, propiciando uma atenção necessária para adotar uma ação de resposta.
- () Após identificar uma provável agressão, o policial terá que, mesmo sem se certificar se o agressor está de fato iniciando um ataque, imediatamente agir em consonância com os princípios do uso de força e com os parâmetros éticos.
- () O pensamento tático é norteado pelo quarteto seguinte: área de segurança, área de risco, ponto de foco e ponto quente. Sendo que este último é parte do ponto de foco que possui um maior potencial de se tornar real a agressão, devendo ser monitorado para garantir a segurança dos envolvidos.

- A. () F, V, V, V
- B. () V, F, F, V
- C. () V, F, V, V
- D. () V, V, F, V

2ª QUESTÃO - A tática policial é a forma de se aplicar com eficácia os recursos técnicos que se dispõe, ou de se explorar as condições favoráveis para se atingir os objetivos desejados. Em relação ao tema, marque a alternativa CORRETA.

- A. () As cobertas são usadas como proteções, e são anteparos que, por suas características e dimensões, são capazes de proteger o policial militar contra disparos de arma de fogo e arremesso de projétil.
- B. () O uso do espelho, como técnica de varredura, contribui para aumentar a segurança. A varredura será utilizada para conhecer a posição do suspeito.
- C. () A comunicação por gestos é uma técnica utilizada nos deslocamentos. Trata-se de uma comunicação verbal e gestual, executada por meio de sinais e de falas convencionadas, o qual propicia uma aproximação cautelosa e discreta.
- D. () A patrulha de incursão tem por objetivo confirmar ou buscar informações, denúncias, reconhecimentos de áreas ou edificações.

3ª QUESTÃO - A abordagem policial é o conjunto ordenado de ações policiais para aproximar-se de uma ou mais pessoas, veículos ou edificações. Tem por objetivo resolver demandas do policiamento ostensivo, como orientações, assistências, identificações, advertências de pessoas, verificações, realização de buscas e detenções. Acerca do assunto, avalie as assertivas abaixo:

- I - A supremacia de força é uma vantagem tática do policial militar em relação ao abordado para uma atuação segura. Os policiais envolvidos dispõem de níveis de força adequados para reagirem às ameaças que poderão advir dos abordados.
- II - Se o abordado encontrar-se resistente passivo, o policial deverá avaliar se o autor vai atirar e se o disparo tem condições de atingir os policiais e a terceiros. A abordagem tem que ser iniciada na pronta resposta.
- III - Se o abordado estiver portando de forma visível uma arma de fogo e encontrar-se cooperativo à ação da polícia, o policial verbalizador deverá iniciar a abordagem na posição de pronta resposta, determinando que o autor largue a arma de fogo e acate às ordens de busca.
- IV - A ação de abordar uma pessoa é um ato administrativo, discricionário, autoexecutório e coercitivo. É um ato de ofício da autoridade policial militar.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () I e IV, apenas.
- B. () I, III e IV, apenas.
- C. () I e III, apenas.
- D. () Todas estão corretas.

4ª QUESTÃO - Blitz é um tipo de operação policial realizada em vias urbanas ou rurais, com a utilização de sinalização física, visual e sonora, para abordar veículos e seus ocupantes, realizando checagens e vistorias em geral. Em relação ao assunto, é INCORRETO afirmar que:

- A. () Operação policial é a conjugação de intervenções, executadas por uma tropa ou suas frações constituídas, que exige planejamento específico.
- B. () O PM selecionador é o responsável pela seleção dos veículos que serão abordados de acordo com os objetivos da operação. Deverá orientar os condutores dos veículos a posicionar-se no Box de abordagem.
- C. () A blitz policial classifica-se em três categorias que se diferem basicamente quanto à logística do material empregado para a sua execução.
- D. () O Box de abordagem é o local destinado ao desenvolvimento das ações de abordagem aos veículos selecionados e o Box de registro destina-se aos veículos abordados que necessitarem ficar retidos por algum motivo.

5ª QUESTÃO - No tocante ao Caderno Doutrinário 03 (blitz policial), marque a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

1. Busca Pessoal () Consiste na verificação interna e externa do veículo abordado, por meio de revistas nos compartimentos suscetíveis a serem utilizados para esconder objetos ilícitos.
2. Blitz Policial – () Cerco, bloqueio e interceptação. Existe uma maior probabilidade de resistência por parte dos abordados. Deve-se observar o estado de prontidão adequado (alerta – laranja ou alarme – vermelho).
Nível 02
3. Busca Veicular () Deve ser realizada quando da existência de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papeis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.
4. Blitz Policial – () Visa realizar verificações em locais onde há incidência significativa ou possibilidade de ocorrerem infrações e delitos.
Nível 03

- A. () 3, 1, 4, 2.
B. () 2, 4, 1, 3.
C. () 3, 2, 1, 4.
D. () 3, 4, 1, 2.

6ª QUESTÃO - Em relação ao Caderno Doutrinário 04 (abordagem a veículos), marque a alternativa CORRETA.

- A. () Setor de custódia é o espaço definido pelos policiais militares, dentro da área de contenção, para onde os abordados serão encaminhados enquanto aguardam consultas de dados dos demais ocupantes do veículo, vistorias, etc.
- B. () Área de contenção, durante a abordagem a veículos, compreende-se todo o espaço livre em torno do veículo abordado (360°). Nesta área, existem ameaças, reais ou potenciais, que colocam em risco a segurança dos envolvidos, pelo fato de o policial militar não deter, ainda, o domínio da situação.
- C. () Área de alcance é o espaço situado dentro da área de contenção em que o policial militar estará vulnerável à agressão física por parte de ocupantes do veículo.
- D. () Área de risco é a área de abrangência da intervenção, em que os policiais militares deverão manter constante monitoramento com objetivo de conter os abordados e isolar o local contra a intervenção de terceiros.

7ª QUESTÃO - Marque a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- | | | |
|-------------------------|-----|---|
| 1. Perseguição Policial | () | É uma ação tática que visa parar, por meio de intervenção policial, veículo em fuga, possibilitando sua abordagem. |
| 2. Cerco | () | É a ação policial que ocorre antes ou durante uma operação de cerco, bloqueio e interceptação, que consiste em acompanhar ou seguir um suspeito de prática de delito, em fuga, com objetivo de abordá-lo, identificá-lo e, se confirmada a infração, prendê-lo. |
| 3. Interceptação | () | É uma ação tática, que consiste no posicionamento conjunto de policiais militares e viaturas policiais em pontos estratégicos dentro de um espaço geográfico, a fim de cercar as possíveis rotas de fuga de pessoa e/ou veículo evasor. |
| 4. Bloqueio | () | Consiste no posicionamento de policiais militares e viaturas em um ponto estratégico específico, dentro de um espaço geográfico, com a finalidade de bloquear, reduzir ou reter temporariamente o fluxo de veículos. |

- A. () 3, 1, 4, 2.
 B. () 2, 4, 1, 3.
 C. () 3, 2, 1, 4.
 D. () 3, 1, 2, 4.

8ª QUESTÃO - No que se refere à Instrução que regula a atuação operacional dos policiais militares lotados nos destacamentos e subdestacamentos da PMMG, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () O princípio que rege a atuação dos Dst PM e Sdst PM no Estado de Minas Gerais é o da responsabilidade territorial, balizado pelos princípios do emprego operacional: universalidade e da malha protetora.
- B. () Na filtragem de crimes de maior incidência, deverá ser verificado nos arquivos do Dst PM ou Sdst PM os horários de ocorrência dos delitos, identificando as zonas de maior incidência de delitos em cada hora ou turno.
- C. () O policiamento orientado para o problema (POP) possui cinco etapas metodologicamente definidas: identificação do problema; análise das causas fundamentais; planejamento da ação; implementação da ação e avaliação dos resultados.
- D. () O período mínimo de permanência do policial militar no Destacamento é de dois anos, sendo, de forma excepcional, permitido ao Comandante da RPM movimentar o servidor por problemas de saúde, desvio de conduta, cursos, dentre outras devidamente justificados.

9ª QUESTÃO - Nos termos da Instrução que regula a atuação da Base Comunitária na PMMG, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O espaço geográfico de responsabilidade territorial da Base Comunitária é definido e delimitado pela Comunidade que interage diretamente com os policiais militares.
- B. () A Base Comunitária terá por objetivo único a criação de procedimentos de operacionalização para a implantação da filosofia de polícia comunitária.
- C. () O imóvel da Base Comunitária é uma edificação policial militar, instalada segundo critérios de acessibilidade e visibilidade, em locais populosos que necessitam de atendimento vinte e quatro horas por dia.
- D. () Para a instalação da Base Comunitária, caso se trate de imóvel não orgânico, o Comandante do Batalhão elaborará o estudo favorável para a sua instalação, sendo que o parecer final será a cargo da Diretoria de Apoio Logístico.

10ª QUESTÃO - A Base Comunitária Móvel (BCM) é um serviço preventivo prestado por uma equipe de policiais militares preparados para aplicar o policiamento orientado para o problema (POP), com o apoio da comunidade, e utiliza uma viatura e outros processos de policiamento, com o objetivo de reduzir o crime de menor potencial ofensivo, a sensação de insegurança e a desordem pública em áreas com alta densidade populacional sazonal. Em relação à BCM, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A presença da BCM visa fazer frente às circunstâncias que necessitam da presença permanente do policial militar.
- B. () A equipe da BCM está diretamente subordinada ao Comandante do Dst PM, que em conjunto com a Seção de Emprego Operacional e o Comandante da BCM, fará a elaboração do plano de ação de emprego, com supervisão do Comandante de Companhia.
- C. () Os policiais militares selecionados para atuar na BCM permanecerão na equipe, no mínimo, por dois anos.
- D. () A mobilidade da BCM será restrita aos deslocamentos entre a Unidade e seus pontos de estacionamento, excetuando eventuais situações de emergência para socorro médico.

11ª QUESTÃO - Conforme Instrução que regula o emprego operacional da PMMG no ambiente escolar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O Programa Jovens Construindo a Cidadania tem por objetivo principal dotar os jovens estudantes de informações e habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e violência, com observância das normas institucionais, filosofia do programa e alinhados às políticas públicas estabelecidas.
- B. () A patrulha escolar é a essência do policiamento escolar, que atuará precipuamente em primeiro momento na repressão a delitos menores, através de ações proativas dos policiais.
- C. () É vedada a condução de crianças e adolescentes em compartimento aberto da viatura policial, implicando em risco à sua integridade física ou mental.
- D. () A competência na gestão da patrulha escolar é dos Núcleos de Prevenção Ativa (NPA) nos diversos níveis do emprego operacional.

12ª QUESTÃO - A respeito dos Juizados Especiais Cíveis, de acordo com a Lei 9.099/95, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou de audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão, em princípio, verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial.
- B. () O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas de menor complexidade, cuja causa tenha valor que não exceda a sessenta salários mínimos.
- C. () As causas que envolvem interesses da Fazenda Pública podem ser julgadas pelo Juizado Especial Cível.
- D. () Nas causas de valor até quarenta salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

13ª QUESTÃO -. Nas assertivas abaixo, marque 'V' se for verdadeira ou 'F' se for falsa. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- () O Juizado Especial Criminal, que é provido somente por Juízes togados, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo.
- () O processo perante o Juizado Especial Criminal orientar-se-á pelos critérios de oralidade, informalidade, economia processual e celeridade.
- () São infrações de menor potencial ofensivo, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não inferior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- () A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

- A. () F, V, F, V.
- B. () F, V, V, V.
- C. () V, F, V, V.
- D. () V, V, F, V.

14ª QUESTÃO - Acerca das disposições constantes na Lei n.º 10.826/2003 que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O crime de omissão de cautela é insusceptível de liberdade provisória.
- B. () Constitui causa de aumento de pena, nos crimes de disparo de arma de fogo, sua prática por parte de integrantes das empresas de segurança privada e de transporte de valores.
- C. () O policial militar que mantém em sua residência arma de fogo de uso permitido, sem o devido registro em seu nome, incorre no delito de porte ilegal de arma.
- D. () É permitido o porte de arma de fogo aos integrantes das guardas municipais dos municípios com mais de cem mil habitantes, mesmo fora de serviço.

15ª QUESTÃO - A respeito das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), enumere a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- | | | |
|--------------------------|-----|---|
| 1. Violência Física | () | Conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos. |
| 2. Violência Patrimonial | () | Conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal. |
| 3. Violência Sexual | () | Conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento. |
| 4. Violência Psicológica | () | Conduta que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação. |

- A. () 3, 1, 4, 2.
 B. () 2, 4, 1, 3.
 C. () 2, 1, 4, 3.
 D. () 3, 2, 1, 4.

16ª QUESTÃO - De acordo com a Lei nº 11.343/06 (Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências), marque a alternativa INCORRETA.

- A. () É indispensável a licença prévia da autoridade competente para produzir, para qualquer fim, drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação.
 B. () O indiciado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida.
 C. () As plantações ilícitas serão destruídas somente com autorização judicial, devendo a autoridade policial lavrar um termo circunstanciado com recolhimento de material para fins de exame pericial.
 D. () É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

17ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Conforme previsto na Lei nº 11.343/06, o delito de associação para a prática do crime de importar drogas sem autorização, será caracterizado quando há associação de:

- A. () Mais de três pessoas, no mínimo.
- B. () Somente duas pessoas.
- C. () Duas pessoas ou mais.
- D. () Mais de quatro pessoas, no mínimo.

18ª QUESTÃO - Em relação à Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso às informações, marque a alternativa CORRETA.

- A. () É dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação em local de fácil acesso de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- B. () Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades do Poder Público, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e a sua motivação.
- C. () O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, inclusive nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada.
- D. () A administração pública pode negar ao requerente o acesso ao teor de decisão que indeferiu a obtenção da informação requisitada.

19ª QUESTÃO - No art. 55 do Código Penal Militar estão descritas as penas principais, enquanto no art. 98, as penas acessórias. Marque qual é uma pena acessória:

- A. () Impedimento.
- B. () Perda do posto ou da patente.
- C. () Reforma.
- D. () Suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.

20ª QUESTÃO – O Adicional de Desempenho - ADE - constitui vantagem remuneratória, concedida mensalmente ao militar que tenha ingressado nas instituições militares estaduais após a publicação da Emenda à Constituição nº 57, de 15 de julho de 2003. O valor do ADE será determinado a cada ano, levando-se em conta o número de Avaliações de Desempenho Individual - ADIs - satisfatórias obtidas pelo militar. Em conformidade com o disposto na Lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, sobre o tópico em comento, é CORRETO afirmar que:

- A. () O somatório de percentuais de ADE e de adicionais por tempo de serviço na forma de quinquênio ou trintenário não poderá exceder a 70% (setenta por cento) da remuneração básica do militar.
- B. () O militar que não for avaliado por estar afastado por mais de 90 (noventa dias) de suas atividades devido a acidente decorrente de serviço ou moléstia profissional, terá o resultado de sua ADI fixado em 70%, enquanto perdurar essa situação.
- C. () Na ADI serão considerados como fatores de avaliação: a Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade – AADP; o conceito disciplinar; e, o treinamento profissional básico.

- D. () O ADE será incorporado aos proventos do militar quando de sua transferência para a inatividade, em valor correspondente ao máximo de 60% da sua remuneração básica, equivalente a, pelo menos, 25 (vinte e cinco) ADIs com desempenho satisfatório.

21ª QUESTÃO – Quando em tratamento de saúde em consequência de ferimentos ou doença decorrentes do serviço público, em conformidade com o disposto na Lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que o militar terá direito:

- A. () Somente ao soldo do posto ou graduação até 01 (um) ano, mesmo em licenças continuadas, concedidas parceladamente.
 B. () Apenas ao soldo e vantagens de tempo de serviço do posto ou graduação até 02 (dois) anos.
 C. () Ao soldo e vantagens do posto ou graduação até 02 (dois) anos, mas perderá o acréscimo do tempo integral de serviço a partir de 01 (um) ano de licença.
 D. () Ao soldo e vantagens do posto ou graduação, até o período de 3 (três) anos.

22ª QUESTÃO – A conduta “executar atividades particulares durante o serviço” é considerada, em tese, transgressão disciplinar prevista no Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM). Sobre a conduta transgressiva descrita, tendo-se por base as disposições contidas na Lei n. 14.310/02 (CEDM), é CORRETO afirmar que:

- A. () O julgamento da transgressão será precedido de análise que considere: os antecedentes do transgressor; as causas que a determinaram; a natureza dos fatos ou dos atos que a envolveram; e, as consequências que dela possam advir.
 B. () Como a sanção disciplinar objetiva preservar a disciplina e tem caráter preventivo e educativo, ao praticar a transgressão disciplinar elencada, o militar estará sujeito a sanção disciplinar de repreensão.
 C. () Por se tratar de transgressão disciplinar de natureza grave, a autoridade aplicadora da sanção atribuirá pontos negativos de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) pontos como base do enquadramento disciplinar.
 D. () Ter o agente confessado espontaneamente a autoria da transgressão, quando esta for ignorada ou imputada a outrem, constitui-se em causa de justificação da conduta praticada.

23ª QUESTÃO – Sobre o Conselho de Ética e Disciplina dos Militares da Unidade – CEDMU, de acordo com a Lei n. 14.310/02, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), e com o Decreto Estadual n. 42.843/02, que regulamenta a concessão de recompensas e o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU, que trata a Lei n. 14.310/02, é CORRETO afirmar que:

- A. () O militar comunicado disciplinarmente deverá ser notificado para a reunião do CEDMU, e, em caso de interesse em comparecer, ficará liberado de qualquer atribuição no horário da audiência, podendo, inclusive, acarretar ônus para o erário.

- B. () O integrante do CEDMU será designado para um período de 1 (um) ano, permitida uma recondução por igual período. Após cumprir o encargo no Conselho, deverá ficar, pelo menos, 1 (um) ano sem ser designado para tal atribuição na Unidade.
- C. () Nos procedimentos determinados pelo Comandante-Geral, Chefe do Estado-Maior ou por titular de Unidade de Direção Intermediária, em que se verificar a prática de transgressão disciplinar, deverá ser ouvido o CEDMU onde o militar for lotado.
- D. () O CEDMU será integrado por até 03 (três) militares, no conceito mínimo “B” com até 24 pontos negativos, superiores hierárquicos ou mais antigos que o militar interessado no procedimento, possuindo caráter consultivo.

24ª QUESTÃO – Sobre a recompensa dispensa de serviço, conforme disposto no Decreto Estadual n. 42.843/02, que regulamenta a concessão de recompensas e o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU, que trata a Lei n. 14.310/02, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM), é CORRETO afirmar que:

- A. () Dada a natureza da recompensa, a decisão sobre a concessão da dispensa de serviço é atribuição inerente ao Comandante da Unidade e não será precedida de parecer do Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU.
- B. () Poderá a dispensa de serviço ser concedida pelos Comandantes, nos diversos níveis, aos subordinados que se sobressaíam no desempenho de suas atividades, em ações ou atuações que sejam merecedoras de destaque.
- C. () A autoridade competente para concessão da dispensa, designará um militar mais antigo que o indicado ou diligenciará junto ao escalão superior para que sejam apuradas sumariamente as circunstâncias e condições do fato.
- D. () A dispensa de serviço, para ser gozada fora da sede, fica condicionada às mesmas regras da concessão de férias previstas no Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.

25ª QUESTÃO – Conforme disposto pela Portaria Normativa 660/MD – que Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (RCONT) – é INCORRETO afirmar que:

- A. () Em local público onde não estiver sendo realizada solenidade cívico-militar, bem como em reuniões sociais, o militar cumprimenta, tão logo lhe seja possível, seus superiores hierárquicos. Havendo dificuldade para aproximar-se dos superiores hierárquicos, o cumprimento deve ser feito mediante um movimento de cabeça.
- B. () Quando encontrar um superior num local de circulação, o militar saúda-o e cede-lhe o melhor lugar. Se o local de circulação for estreito e o militar for praça, franqueia a passagem ao superior, faz alto e permanece de frente para ele.
- C. () Quando dois militares se deslocam juntos, o de menor antigüidade dá a direita ao superior. Se o deslocamento se fizer em via que tenha lado interno e lado externo, o de menor antigüidade dá o lado interno ao superior.
- D. () O aperto de mão é uma forma de cumprimento que o superior pode conceder ao mais moderno. Contudo, o subordinado deve tomar a iniciativa de estender a mão para cumprimentar o superior.

26ª QUESTÃO – São fatores de aferição do mérito das praças, na PMMG: a nota da Comissão Instrutiva – CI; a formação acadêmica; disciplina; tempo de serviço; e, conceito da Comissão de Promoção de Praças – CPP. Sobre os fatores de aferição de mérito das praças, segundo o Decreto Estadual n. 46.298/13, que contém o Regulamento de Promoção de Praças das Instituições Militares de Minas Gerais (RPP), é CORRETO afirmar que:

- A. () Na formação acadêmica, para a promoção de 3º Sgt PM à 2º Sgt PM, serão atribuídos 0,09 (nove centésimos) de ponto para os cursos de graduação realizados fora da PMMG.
- B. () A nota da CI será apurada pela avaliação da praça candidata à promoção, no tocante à ética e à disciplina, à liderança, à representatividade institucional e ao comprometimento organizacional, no âmbito de sua Unidade.
- C. () Para aferição da disciplina da praça candidata a promoção, serão computados 0,55 (cinquenta e cinco centésimos) de ponto para cada elogio recebido na graduação, até o limite de 05 (cinco).
- D. () A praça punida com 01 (uma) repreensão terá o decréscimo de 0,10 (dez centésimos) de ponto em sua nota final constante da ficha de promoção, podendo ser avaliada pela CPP dentro do conceito ótimo, atribuindo-se nota de 7,0 (sete) à 10,0 (dez).

27ª QUESTÃO – A Comunicação Disciplinar (CD) é a formalização escrita, feita e assinada por militar possuidor de precedência hierárquica em relação ao comunicado, dirigida ao comandante, diretor ou chefe do comunicante, acerca de ato ou fato contrário à disciplina militar. Sobre a comunicação disciplinar, de acordo com a Resolução Conjunta n. 4.220/2012, que cria o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA) é CORRETO afirmar que:

- A. () O Encarregado do Processo de Comunicação Disciplinar (PCD), ao final da apuração, mesmo vislumbrando alguma causa de justificação e/ou absolvição, deverá abrir vista ao comunicado, produzindo relatório final sucinto e motivado, após o recebimento da defesa, propondo o arquivamento dos autos.
- B. () Recebida a CD, caso a autoridade competente não vislumbre, de imediato, causa prévia de justificação ou absolvição, designará, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, por meio de Despacho, um encarregado para a elaboração do Processo de Comunicação Disciplinar (PCD).
- C. () A ausência de dados ou a existência de erros de escrita na CD (erros materiais) não caracterizam nulidade do ato, mas mera irregularidade, a qual poderá ser sanada pelo próprio comunicante, pela Administração ou pelo encarregado da apuração, antes ou durante a tramitação da documentação.
- D. () Se 02 (dois) ou mais superiores hierárquicos ao militar transgressor presenciarem a prática de transgressão disciplinar, caberá ao de maior precedência elaborar a CD, citando os outros superiores que presenciaram a prática da transgressão como testemunhas do fato.

28ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução Conjunta n. 4.220/2012, que cria o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA) é CORRETO afirmar que:

- A. () A denúncia anônima, perante a Administração Pública, não pode ser desconsiderada por absoluto, pois ela legitima a autoridade a exercer o poder/dever de verificar a sua veracidade, haja vista tratar-se de uma forma de conhecimento de possível irregularidade a ser apurada mediante a instauração de processo regular originado diretamente da própria denúncia anônima.
- B. () A Queixa Disciplinar (QD) é a notícia interposta pelo subordinado (querelante), ainda que não diretamente atingido por ato pessoal praticado pelo superior hierárquico ou militar possuidor de precedência hierárquica (querelado) que repute irregular ou injusto, ou se amolde a transgressão disciplinar, dirigida ao Comandante, Diretor ou Chefe do querelante.
- C. () O Relatório Reservado (RR) possui a finalidade de levar ao conhecimento da autoridade competente fatos ou atos contrários à moralidade ou à legalidade, praticados por militar possuidor de precedência hierárquica ao relator, se constituindo, assim, em instrumento para que o subordinado fiscalize o superior hierárquico no desempenho de suas funções.
- D. () A Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD) instaurada em virtude de acidente com viatura visa apurar, além da eventual transgressão disciplinar relativa ao fato, o dano causado à viatura utilizada pela IME, bem como a responsabilidade pelo ressarcimento ao erário ou ao particular, além de propiciar subsídios a eventuais responsabilizações civis dos envolvidos.

29ª QUESTÃO – Em conformidade com a Resolução n. 4.085/2010, que dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar, e o porte de arma de fogo pertencente à PMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () A quantidade de munição, por arma registrada, que cada militar poderá adquirir para fins de aprimoramento e qualificação técnica, exclusivamente na indústria, é de até 600 (seiscentas) unidades por ano.
- B. () É transferível a autorização para a aquisição ou para a venda de arma de fogo, munição e colete à prova de balas, mediante acordo particular entre os envolvidos e devidamente homologado pela DAL.
- C. () O policial militar poderá adquirir diretamente no comércio, na indústria ou por meio do plano de aquisição da PMMG, para uso próprio e particular, 02 (dois) coletes à prova de balas de uso permitido, em uma única compra.
- D. () A aquisição de arma de fogo e munição para uso próprio é direito do militar da ativa, da reserva remunerada ou não, e do reformado. Contudo, para uso próprio, o militar não poderá adquirir de terceiros arma de fogo de uso restrito, no calibre .40.

30ª QUESTÃO – Em conformidade com a Resolução n. 4.285/2013, que dispõe sobre a jornada de trabalho na PMMG e dá outras providências, é CORRETO afirmar que:

- A. () Para os turnos de até 06 (seis) horas, o militar isolado ou a guarnição terá direito a 30 (trinta) minutos para fazer refeição.
- B. () O controle da jornada de trabalho do pessoal administrativo será feito pelo chefe da seção de pessoal da Unidade ou equivalente.
- C. () Deverão ser acrescidos 10 (dez) minutos à carga horária do militar para cada hora cumprida entre às 23:00 e às 05:00 horas.
- D. () No cálculo da carga horária, dentro do período semanal, serão computados os dias de cumprimento de recompensas de dispensa de serviço.

31ª QUESTÃO – Em conformidade com a Resolução n. 4.285/2013, que dispõe sobre a jornada de trabalho na PMMG e dá outras providências, é CORRETO afirmar que nas Diligências do Serviço Público (DSP), computar-se-á na carga-horária o tempo de:

- A. () Armar, equipar, desarmar e desequipar, a si ou à viatura, como treinamento tático para a realização da DSP.
- B. () Suposta duração do empenho individual do militar no evento/operação, tendo-se por base o quantitativo de diárias recebidas.
- C. () Efetiva duração do empenho individual do militar no evento/operação, excluindo-se os períodos de deslocamento, descanso, pernoite ou intervalos.
- D. () Preparo e efetivo empenho na realização da DSP, excluindo-se os períodos de deslocamento, descanso, pernoite ou intervalos.

32ª QUESTÃO – De acordo com disposições contidas no Caderno Doutrinário n. 5 – Escoltas policiais e conduções diversas – é CORRETO afirmar que:

- A. () O policial militar preso só será conduzido por integrante da mesma corporação, independente de precedência hierárquica, vez que a condução se dará na viatura empenhada na ocorrência.
- B. () Independente da classificação de risco da ocorrência envolvendo pessoa acometida por transtorno mental ou psicológico, a guarnição responsável deverá avaliar a necessidade de solicitar cobertura policial militar para sua atuação.
- C. () Uma vez efetuada a voz de prisão ou apreensão, deve ser realizada a condução da pessoa presa ou apreendida, que permanecerá sob a custódia do condutor, pelo tempo necessário para realização dos levantamentos que identifiquem os co-autores do delito.
- D. () O processo de condução de pessoas presas ou apreendidas em flagrante não se difere do processo de escolta, logo, deverão ser observadas em sua execução, as mesmas peculiaridades.

33ª QUESTÃO – Sobre o despojo de munições químicas, de acordo com disposições contidas no Caderno Doutrinário n. 12 – Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) – é INCORRETO afirmar que:

- A. () O despojo não precisa ser feito por pessoal especializado. Há diferentes formas de despojar munições químicas. No entanto, não se recomenda que o despojo seja feito por queima, mesmo que distante de local habitado e de cursos d'água.
- B. () Para efetuar o despojo, deve-se preparar o local, escavando fosso de um metro de profundidade por um metro de largura e comprimento, em local desabitado e afastado de qualquer instalação física.
- C. () Deve-se lançar no fosso uma granada de cada vez, observando-se que, por esse método, as munições produzirão seus efeitos característicos, motivo pelo qual o despojo não deve acontecer em local próximo de residências.
- D. () O despojo de munições químicas ocorre sempre que as munições se tornarem inutilizáveis, por ter decorrido o prazo de sua validade, pela deterioração do artefato ou pela ineficiência mecânica caracterizada por falha no funcionamento.

34ª QUESTÃO – Armas de impulso elétrico são armas de condutibilidade elétrica, que atuam sobre o sistema neuromuscular, causando desorientação, fortes contrações musculares e queda do indivíduo submetido aos seus efeitos, incapacitando-o, momentaneamente, enquanto estiver sob a ação do dispositivo elétrico. Sobre as armas de impulso elétrico, conforme estabelecido no Caderno Doutrinário n. 12 – Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) – é INCORRETO afirmar que:

- A. () As armas de impulsos elétricos dispõem de um sistema de auditoria que fornece o momento exato do acionamento/disparo. Os cartuchos contêm, em seu interior, confetes de marcação com o mesmo número de série de cartucho. Assim, no momento do disparo, esses confetes são lançados no local, facilitando a identificação do autor do disparo.
- B. () Marca-passos e desfibriladores cardíacos implantados dispõem de dispositivo de segurança que suportam descargas elétricas mais fortes que os pulsos de energia emitidos pelas armas elétricas, não sendo recomendável, após serem submetidos a uma descarga, uma assistência médica imediata ao atingido.
- C. () Durante o período de funcionamento destas armas, o policial militar pode tocar o atingido, somente não devendo fazê-lo no espaço compreendido entre os dois dardos, no chamado arco voltáico (local por onde correm os impulsos do Taser), pois pode ser atingido pelos impulsos elétricos.
- D. () Destinam-se, principalmente, à defesa pessoal do policial militar. São utilizadas na atividade policial para conter, temporariamente, os suspeitos ou infratores resistentes ativos, reduzindo sua capacidade reativa, de acordo com o uso diferenciado dos níveis de força, facilitando o processo de abordagem e algemação.

35ª QUESTÃO – Conforme disposições contidas na Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) n° 3.01.01/2010 – Regula o Emprego Operacional da PMMG – sobre o tema “compromisso com os resultados”, é CORRETO afirmar que:

- A. () O senso da missão compartilhada norteará os caminhos da corporação na busca da perenidade institucional, partindo do princípio de que todos, do soldado ao coronel, são responsáveis pelo sucesso das atividades operacionais.
- B. () Estimula a participação do cidadão em decisões sobre repressão e prevenção à criminalidade bem como a integração de outras agências de serviço para prover maior impacto nos problemas de segurança.
- C. () Trata-se de um centro de responsabilidade coerente e centrado em torno da missão individual de cada integrante da PMMG e de um profissionalismo homogêneo relacionado à prestação de serviços.
- D. () A missão institucional da Polícia Militar não pode ser tratada como responsabilidade individual de cada integrante da Corporação, uma vez que os compromissos individuais, ainda que aliados aos preceitos da PMMG, não são advindos da Constituição Federal.

36ª QUESTÃO – O modelo de polícia comunitária difere do modelo tradicional de se “fazer polícia”. Conforme disposições contidas na Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) n° 3.01.06/2011 que “regula a aplicação da filosofia de polícia comunitária pela PMMG”, marque a alternativa CORRETA que elenca um caracterizador da polícia comunitária e a diferencia da polícia tradicional:

- A. () O profissionalismo policial se caracteriza apenas pelas respostas rápidas aos crimes sérios.
- B. () O papel da polícia é se preocupar exclusivamente com a resolução do crime que abala a tranquilidade pública.
- C. () A polícia é apenas uma agência governamental responsável, principalmente, pelo cumprimento da lei.
- D. () A polícia se ocupa mais com os problemas e as preocupações dos cidadãos.

37ª QUESTÃO – Segundo a Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) n° 3.01.06/2011 que “regula a aplicação da filosofia de polícia comunitária pela PMMG”, é INCORRETO afirmar que:

- A. () A ampliação dos serviços de saúde direcionados a famílias com filhos recém nascidos, ampliação das oportunidades de educação e trabalho na comunidade são exemplos de ações típicas de prevenção social.
- B. () A Polícia Militar de Minas Gerais, no que tange ao conceito de Prevenção, tem como parâmetro de atuação a Prevenção secundária e eventualmente, atua como potencializadora na Prevenção primária.
- C. () As ações de prevenção terciária incluem, também, as pessoas que já foram vítimas de crimes e violências, para impossibilitar a repetição da vitimização e promover o seu tratamento, reabilitação e reintegração familiar.
- D. () A prevenção primária é composta por ações dirigidas às pessoas e grupos mais suscetíveis de praticar ou sofrer crimes e violências, bem como dos fatores que contribuem para sua vulnerabilidade a fim de evitar o seu envolvimento com o crime.

38ª QUESTÃO – Conforme estabelecido na Diretriz nº 3.02.03/2011 – que define a Estratégia e o Processo de Gestão do Programa Polícia para a Cidadania e a Prestação do serviço “Polícia e Família” – é CORRETO afirmar que:

- A. () Polícia e Família é o serviço pelo qual a PMMG busca uma relação sociocêntrica, com determinados núcleos familiares, dando-lhes atenção focalizada, voltada para a observação da eventual existência de “fatores determinantes de criminalidade”.
- B. () O programa Polícia para a Cidadania, ainda que não alinhado com os eixos da política governamental, foi estruturado com fundamento na participação social e gestão em rede, tendo como diretiva a Qualidade de Atendimento ao Cidadão.
- C. () O conceito de operações aplicável ao serviço Polícia e Família é o emprego de policiais-militares em um espaço de responsabilidade territorial indeterminado, com a missão de prestar o serviço policial militar essencialmente preventivo.
- D. () O PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), destinado a evitar que crianças e adolescentes em fase escolar iniciem o uso abusivo das diversas drogas, não se enquadra como serviço abrangido pelo programa “polícia e família”.

39ª QUESTÃO – Conforme estabelecido na Instrução nº 3.03.10/2013-CG – que Regula o Emprego da Polícia Militar com Vistas à Prevenção e Repressão aos Crimes de Homicídio no Estado de Minas Gerais – sobre a Patrulha de Prevenção ao Homicídio (PPH) é CORRETO afirmar que:

- A. () Trata-se de um serviço exclusivo das Unidades de Execução Operacional com responsabilidade territorial, sendo sua criação obrigatória e a sua dimensão condicionada à demanda de atuação.
- B. () A PPH será subordinada a Companhia/Pelotão Tático-Móvel da UEOp, servindo como força de manobra do Comandante da UEOp, estando tecnicamente vinculada à P3.
- C. () Os profissionais atuantes na PPH devem ser selecionados dentre os policiais militares que se destacam pela maior atuação preventiva, observando-se que a patrulha será constituída por até 04 (quatro) policiais militares.
- D. () Para ativação do serviço PPH não é necessário diagnóstico criminal prévio, com foco no crime de homicídio, bastando a análise das causas potenciais, primárias e secundárias, para a possível ocorrência do referido crime na localidade.

40ª QUESTÃO – A Instrução nº 3.03.13/2013-CG regula a atuação da PMMG no Policiamento Ostensivo em Áreas Turísticas. Sobre o Policiamento Ostensivo Turístico (POTur), é CORRETO afirmar que:

- A. () Em cada viatura policial trabalhará uma guarnição com no mínimo 03 (três) policiais, devendo eles estarem aptos a prestar informações, de forma hospitaleira, sobre pontos turísticos, rede hoteleira, transportes, alimentação, dentre outros, conforme prescreve a diretriz que regula o assunto.
- B. () Os policiais selecionados para atuarem no POTur deverão permanecer na atividade, no mínimo, por 03 (três) anos, salvo nos casos de transferência, realização de cursos na PMMG, inadaptabilidade ao serviço e afastamentos solicitados pelo Comandante da UEOp.
- C. () O POTur consiste numa atividade de preservação/prevenção da ordem pública a ser executada em caráter suplementar ao policiamento local já empregado no trade turístico, utilizando-se exclusivamente do processo à pé, com o suporte de veículos apropriados.
- D. () O local de emprego será definido de acordo com os indicadores de criminalidade dos municípios turísticos, bem como em decorrência do fluxo turístico, calendário de eventos, dentre outros aspectos, e obedecerá a um cartão programa a ser definido pelo comandante da fração.

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40